

# Cotidianos, escolas e patrimônio

Percepções  
antropourbanísticas  
da capital do Brasil

Cristina Patriota de Moura  
Elane Ribeiro Peixoto  
Maria Fernanda Derntl  
(organizadoras)

EDITORA



UnB



Pesquisa,  
Inovação  
& Ousadia



**Universidade de Brasília**

**Reitora** : Márcia Abrahão Moura  
**Vice-Reitor** : Enrique Huelva

EDITORA



**UnB**

**Diretora** : Germana Henriques Pereira

**Conselho editorial** : Germana Henriques Pereira (Presidente)  
: Fernando César Lima Leite  
: Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende  
: Carlos José Souza de Alvarenga  
: Estevão Chaves de Rezende Martins  
: Flávia Millena Biroli Tokarski  
: Jorge Madeira Nogueira  
: Maria Lidia Bueno Fernandes  
: Rafael Sanzio Araújo dos Anjos  
: Sely Maria de Souza Costa  
: Verônica Moreira Amado



# Cotidianos, escolas e patrimônio

Percepções  
antropourbanísticas  
da capital do Brasil

Cristina Patriota de Moura  
Elane Ribeiro Peixoto  
Maria Fernanda Derntl  
(organizadoras)



	<b>Equipe editorial</b>
<b>Coordenação de produção editorial</b>	Luciana Lins Camello Galvão
<b>Preparação e revisão</b>	Angela Gasperin Martinazzo
<b>Projeto gráfico</b>	Wladimir de Andrade Oliveira
<b>Diagramação</b>	Haroldo Brito
	© 2020 Editora Universidade de Brasília
	Direitos exclusivos para esta edição: Editora Universidade de Brasília
	SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK, 2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF Telefone: (61) 3035-4200 Site: www.editora.unb.br E-mail: contatoeditora@unb.br
	Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.
	Esta obra foi publicada com recursos provenientes do Edital DPI/DPG nº 3/2019.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

C844 Cotidianos, escolas e patrimônio : percepções antropourbanísticas da capital do Brasil / Cristina Patriota de Moura, Elane Ribeiro Peixoto, Maria Fernanda Derntl (organizadoras). – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2021.  
204 p. ; 23 cm. – (Pesquisa, inovação & ousadia).

ISBN 978-65-5846-010-7

1. Distrito Federal (Brasil). 2. Espaços públicos. 3. Cotidianos escolares. 4. Patrimônio cultural. I. Moura, Cristina Patriota de (org.). II. Peixoto, Elane Ribeiro (org.). III. Derntl, Maria Fernanda (org.). IV. Série.

CDU 39:72(817.4)



# Créditos e agradecimentos

Apresentamos, neste livro, os primeiros resultados de pesquisa desenvolvida por membros de dois laboratórios de pesquisa da Universidade de Brasília (UnB) – o Labeurbe (Laboratório de Estudos da Urbe) e o Laviver (Laboratório de Vivências e Reflexões Antropológicas: Direitos, Políticas e Estilos de Vida), respectivamente vinculados à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e ao Departamento de Antropologia da UnB. O Labeurbe e o Laviver estabeleceram essa colaboração visando compreender os cotidianos de moradores de diferentes regiões administrativas do Distrito Federal e os significados desses cotidianos para a configuração metropolitana da capital federal.

Para a realização da pesquisa, contamos com o financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) para o projeto intitulado “Cotidianos escolares e dinâmicas metropolitanas da capital do Brasil”, agraciado por meio do Edital nº 3/2016. Também obtivemos o apoio da Capes por meio do Edital Capes-PrInt, que nos possibilitou ampliar o diálogo em colaboração com o pesquisador Alan Mabin, da Universidade de Witswatersrand, África do Sul, e discutir parte dos resultados em evento da Red Internacional de Etnografía con Niños e Niñas (RIENN) na Western Oregon University, em maio de 2019. Agradecemos também ao CNPq, que possibilitou a realização



de parcelas significativas da pesquisa por meio de bolsas de mestrado e doutorado concedidas a autores de capítulos do livro.

Somos gratas a colegas que participaram da elaboração do projeto inicial, em especial a Antonádia Borges, e a todas as estudantes que, apesar de não constarem como autoras de capítulos deste livro, contribuíram com a pesquisa em diferentes momentos: Stéfane Cryslaine Alves Guimarães, Raíssa Menezes de Oliveira, Joyce Helen Neves da Silva e Carolina Holanda Castor.

Também agradecemos especialmente à direção, coordenação, professores, estudantes, funcionários, pais e mães das “comunidades escolares” dos Centros de Ensino Fundamental CEF 19, em Ceilândia, e CEF 02, no Plano Piloto, com quem esperamos continuar colaborando para possibilitar maior integração entre as escolas, suas vizinhanças, as áreas reconhecidas como patrimônio material e a metrópole em que se transformou a capital do Brasil.

*Cristina Patriota de Moura*

*Elane Ribeiro Peixoto*

*Maria Fernanda Derntl*

# Sumário

## Introdução

### **Cotidianos, escolas e patrimônio: percursos de pesquisa 9**

Cristina Patriota de Moura

Elane Ribeiro Peixoto

Maria Fernanda Derntl

## Capítulo 1

### **História, memória e patrimônio de Brasília: escolas em unidades de vizinhança 27**

Maria Fernanda Derntl

1.1 Unidades de vizinhança: trajetórias de um conceito **28**

1.2 Plano Piloto e Plano Escolar: vínculos e articulações **33**

1.3 Outros planos: do núcleo traçado por Lucio Costa às propostas de organização do território **37**

1.4 Os planos urbanísticos para as cidades-satélites: a unidade de vizinhança reformulada **40**

1.5 História e memória entrelaçadas: dos discursos fundadores aos depoimentos de moradores de cidades-satélites **44**

## Capítulo 2

### **A Unidade de Vizinhança nº 1 e as escalas relevantes do patrimônio 59**

Cristina Patriota de Moura

Vinicius Prado Januzzi

2.1 Um relato de campo **60**

2.2 As múltiplas escalas da cidade **62**

2.3 Considerações finais **82**

## Capítulo 3

### **Espaços públicos e vida cotidiana na Unidade de Vizinhança nº 1 87**

Vinicius Prado Januzzi  
Alexandre Jackson Chan Vianna

- 3.1 Introdução **88**
- 3.2 O cotidiano da Unidade de Vizinhança nº 1 **89**
- 3.3 Trânsitos na Unidade de Vizinhança nº 1 **105**
- 3.4 Considerações finais **110**

## Capítulo 4

### **Arte e cidade em escolas de ensino fundamental 117**

Elane Ribeiro Peixoto  
Julia Mazutti Bastian Solé

- 4.1 O portão aberto **117**
- 4.2 O CEF 19 **120**
- 4.3 A turma da Vânia **124**
- 4.4 Alberto Caeiro a nos guiar **127**
- 4.5 A minha cidade é mesmo bonita **144**

## Capítulo 5

### **Transformações morfológicas de Ceilândia 153**

Elane Ribeiro Peixoto  
Alana Silva Waldvogel

- 5.1 Ceilândia no tempo **159**
- 5.2 O plano da cidade e suas primeiras ocupações **161**
- 5.3 As casas da Shis **170**
- 5.4 Considerações sobre as transformações morfológicas de Ceilândia **174**
- 5.5 Ceilândia no âmbito de uma discussão patrimonial **181**

## Capítulo 6

### **Nexos e horizontes da pesquisa 187**

Cristina Patriota de Moura  
Elane Ribeiro Peixoto  
Maria Fernanda Derntl

### **Sobre as autoras e os autores 199**



Capítulo 1

# História, memória e patrimônio de Brasília: escolas em unidades de vizinhança<sup>1</sup>

Maria Fernanda Derntl

O reconhecimento de Brasília como patrimônio cultural da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1987, é o marco fundamental nas discussões a respeito da preservação da capital. A trajetória de patrimonialização de Brasília foi bem analisada por estudos no campo da História da Arquitetura e Urbanismo (REIS, 2001; RIBEIRO, 2005; SCHLEE,

---

<sup>1</sup> Este capítulo articula reflexões já publicadas em outros artigos (DERNTL, 2018, 2019a, 2019b, 2020), e as expande e complementa, sobretudo no que diz respeito à análise da concepção da unidade de vizinhança, com o intuito de aproximar-se das indagações pertinentes à pesquisa ora apresentada.

2006; HOLANDA; TENORIO, 2011), e há trabalhos diversos acerca de casos de tombamento de obras ou espaços significativos e também sobre narrativas e polêmicas envolvendo a preservação da capital (RIBEIRO; PERPÉTUO, 2016; FICHER; MACEDO, 2013, PERPÉTUO, 2015). No entanto, as vivências cotidianas na cidade tombada, as percepções de seus moradores quanto ao patrimônio e as possíveis implicações do título para as dinâmicas urbanas e sociais que ali têm lugar mereceram menor atenção. Por vezes, estudos existentes nessa linha se restringem a espaços ou edifícios situados no Plano Piloto e seu entorno imediato – correspondendo à área urbana delimitada como patrimônio.

No parecer da Unesco, a atribuição de “valor universal e excepcional” a Brasília baseou-se nos atributos modernistas preservados no Plano Piloto traçado por Lucio Costa e expressos na arquitetura de Oscar Niemeyer, sem deixar de mencionar os desafios de preservá-los em face da pressão urbana exercida por dinâmicas metropolitanas com forte teor de segregação socioespacial (UNESCO, [1992]). No entanto, na perspectiva da pesquisa apresentada neste livro, buscou-se ver a metrópole não apenas como pano de fundo da preservação do Plano Piloto, mas como território complexo, em que se dão vivências cotidianas que permitem atribuir novos significados à capital e moldam a elaboração de interpretações sobre o seu patrimônio. Neste texto, de caráter introdutório, o objetivo é estabelecer algumas relações entre a história e a memória de Brasília, considerando o status de patrimônio da capital e destacando o modo como as escolas tornaram-se parte da sua concepção urbanística. Ao se apontarem conceitos e noções fundamentais à concepção de Brasília, busca-se indicar as peculiaridades que estes adquiriram no contexto da construção da cidade. Entre esses conceitos, interessa particularmente o de “Unidade de Vizinhança”, que é, nesta obra, espaço privilegiado para observações etnográficas e para a problematização de visões do patrimônio.

## 1.1 Unidades de vizinhança: trajetórias de um conceito

O ideal de planejar uma vizinhança baseada na cooperação entre grupos sociais e indivíduos de classes diversas foi sendo cultivado em propostas

como a de cidades-jardins de Ebenezer Howard desde fins do século 19, e viria ser desenvolvido na década de 1920 com a obra de Clarence A. Perry. Em um texto no sétimo volume da *Regional Survey of New York and its Environs* de 1929 e, uma década mais tarde, em seu *Housing for the Machine Age*, Perry definiu um conceito de unidade de vizinhança articulando preocupações de cunho sociológico com conceitos técnicos e funcionais pertinentes à relação entre estruturas de tráfego, residência e equipamentos coletivos (SICA, 1981). Tratava-se de definir o traçado de uma unidade constituinte da cidade, com o intuito de fomentar laços sociais e promover uma forma organizada de convivência social. A dimensão da unidade de vizinhança deveria ser calculada em função da população da escola elementar e seu perímetro estaria limitado por ruas mais largas; seus espaços livres estariam destinados a parques e atividades desportivas e os equipamentos comuns – escolas e outras instituições – deveriam estar agrupados em local central, a no máximo 800 metros de distância das residências; haveria ainda um comércio local situado nos limites da área, próximos ao comércio de outra unidade de vizinhança; as vias deveriam ser concebidas em função do tráfego previsto e os equipamentos coletivos seriam acessíveis a pé, evitando-se a interferência com o tráfego motorizado (PERRY, [1929]). O princípio da unidade de vizinhança foi posto em prática em fins dos anos 1920, por iniciativa da Regional Planning Association of America, com assessoria de Clarence Perry, em bairros experimentais erguidos na periferia de Nova York, entre os quais o Radburn, em New Jersey, iniciado em 1928, viria adquirir estatuto modelar. A unidade de vizinhança tornou-se um instrumento amplamente utilizado em propostas de descentralização urbana e de estruturação formal de metrópoles (SICA, 1981; HALL, 2009).

No Brasil, o conceito de unidade de vizinhança foi aplicado em situações e épocas muito distintas, tais como, além de Brasília, o projeto do Setor Sul de Goiânia, elaborado entre os anos 1936 e 1938 por Armando Augusto de Godoy, e o traçado das cidades novas planejadas ao longo da rodovia Transamazônica por José Geraldo da Cunha Camargo, no começo dos anos 1970; em cada um desses contextos, a unidade de vizinhança passou por adaptações, transformações e apropriações

também distintas (REGO, 2017). Na década de 1950, como observou Sarah Feldman (2009), unidades de vizinhança, ao lado de cidades-satélites e cinturões verdes, tornaram-se elementos fundamentais de planos de hierarquização da organização do território na escala regional.

No Relatório do Plano Piloto de Brasília, documento submetido por Lucio Costa ao Concurso Nacional realizado em 1956-57 para escolha do plano da nova capital, não há referência explícita à unidade de vizinhança, ainda que este seja um conceito fundamental subjacente à sua concepção. Mas, embora não tenha sido assim nomeada, a noção de unidade de vizinhança está evidente no parágrafo em que Lucio Costa abordou o que chama de “problema residencial”. Ali, há referência ao acesso dos pedestres “à escola primária e às comodidades existentes no interior de cada quadra”, assim como a equipamentos situados na confluência de cada um dos grupos de quatro superquadras do setor residencial: “a igreja, as escolas secundárias, o cinema e o varejo do bairro.” (COSTA, 1991 [1957]). Já em suas Considerações sobre o Plano Piloto, de 1974, Lucio Costa aludiu a “[...] áreas de vizinhança agradáveis, em que a pessoa se sinta, de fato, desprendida da área urbana.” (COSTA, 1974).

A assimilação do princípio da unidade de vizinhança ao plano de Brasília foi motivo de controvérsia e de estudos diversos acerca de seus antecedentes e sua peculiar reformulação (GOROVITZ; FERREIRA, 2009; GRAEFF, 2012; ESKINAZI, 2014; BARCELLOS, 2001), ao lado de trabalhos sobre aspectos específicos relativos à pós-ocupação (RIBEIRO; SINOTI, 2005) e patrimonialização (VASCONCELOS, 2013). Pode-se destacar ainda o artigo de Marques *et al.* (2020), comparando as experiências de crianças ao percorrer a Unidade de Vizinhança no 1 do Plano Piloto e uma vizinhança de São Sebastião, na periferia de Brasília.

Para Kenneth Frampton, o conceito de unidade de vizinhança originário de Perry “[...] provavelmente nunca foi mais habilmente articulado e judiciosamente aplicado do que nas superquadras de Brasília.” (FRAMPTON, 2012, p. 436). Por outro lado, em sua crítica de Brasília, James Holston concluiu que houve “[...] rejeição (e, conseqüentemente, o fracasso) do caráter coletivo da superquadra e da unidade de vizinhança.” (HOLSTON,

1993, p. 196). Para além dos julgamentos polarizados entre o sucesso ou fracasso da unidade vizinhança em Brasília, interessa aqui destacar suas específicas configurações e apropriações na capital.

Conforme salientaram Gorovitz e Ferreira (2009), as unidades de vizinhança de Brasília apresentam em sua concepção não apenas comércio, mas também alguns equipamentos coletivos ou serviços – tais como clube e biblioteca – situados à margem do sistema viário, de modo que estão mais articuladas com a cidade, “transcendem o caráter local” e adquirem “vocalização plurivicinal” (p. 23). Todavia, estudos realizados em fins dos anos 1990, com moradores da unidade de vizinhança formada pelas superquadras 107, 108, 307 e 308 sul, concluíram que os moradores locais a viam como um espaço próprio, cuja disposição espacial fazia com que seu interior fosse utilizado quase exclusivamente por eles mesmos, enquanto os caminhos periféricos seriam usados por aqueles que não moravam ali (RIBEIRO; SINOTI, 2005).

As unidades de vizinhança planejadas por Lucio Costa passaram por significativas mudanças em seu uso e configuração. Um dos aspectos mais ressaltados nos estudos sobre os desenvolvimentos do traçado do Plano Piloto é a inversão da fachada frontal dos comércios locais, situados nas chamadas entrequadras: no plano traçado por Lucio Costa, as vitrines das lojas deveriam estar voltadas para o interior das superquadras e teriam apenas acesso de serviços e estacionamentos voltados para as vias em que circulam carros; no entanto, desde o início dos anos 1960, essa configuração foi alterada e em seguida deixou de ser prevista, de modo que as fachadas principais estão orientadas para a via de automóveis. Além disso, em algumas ruas o comércio foi se especializando em determinadas atividades, como farmácias, móveis e material elétrico, seguindo lógicas tradicionais de ocupação. No entender de Lucio Costa, porém, o principal problema dizia respeito à sua ocupação, considerando lamentável que “[...] a proposta do plano, em nível social tenha sido descartada de início” e, conforme prossegue, “[...] [t]eria valido a pena, pelo menos nos primeiros tempos, a tentativa de incorporar às unidades de vizinhança [...] camadas sociais francamente diferenciadas.” (COSTA, 2018 [1985], p. 327).

Quando a capital foi inaugurada, em 1960, apenas a Unidade de Vizinhança nº 1 – a das superquadras 107, 108, 307 e 308 sul – estava construída e em pleno funcionamento, contando com cinema, escolas classe e parque, biblioteca, clube de vizinhança, igreja e posto de saúde. Conforme descreve o Iphan, a Unidade de Vizinhança integra o Conjunto Urbanístico de Brasília, legalmente protegido em três instâncias: pela Unesco – Lista do Patrimônio Mundial, Inscrição nº 445, de 1987; pelo Governo do Distrito Federal – Decreto nº 10.829, de 1987 (Tombamento Distrital); e pelo Iphan – Portaria nº 314, de 1992 (Tombamento Federal). Já em seu “quadrilátero histórico” – ou seja, na área interior ao perímetro tombado da Unidade de Vizinhança – vigoram o Tombamento Distrital de 27/04/2009; o Decreto nº 33.04, de 14/07/2011, que dispõe sobre o Tombamento dos Jardins de Burle Marx em Brasília, incluindo o projeto original do paisagismo da 308 sul; o Decreto nº 28.519, de 07/12/2007, de Tombamento Distrital do Cine Brasília; o Decreto nº 6.617, de 28/04/1982, de Tombamento Distrital da Capela de Nossa Senhora de Fátima; o Decreto nº 24.861, de 04/08/2004, de Tombamento Distrital da Escola-Parque EQS 307/308; e o Decreto nº 11.234, de 02/09/1988, de Tombamento Distrital da Escola Classe SQS 308. Em 2011, o Ministério Público da União também considerou necessário assegurar a preservação do conjunto urbanístico, arquitetônico e paisagístico da Unidade de Vizinhança nº 1, com base na seguinte justificativa:

[...] é um conjunto exemplar de caráter único no contexto do Plano Piloto de Brasília, testemunho da concepção inovadora de viver do projeto urbanístico de Lucio Costa, como conceito habitacional implícito nos primórdios da construção da cidade e de imanente interesse para a preservação. (MPU, 2011, p. 2).

O conjunto de superquadras 107, 108, 307 e 308 sul adquiriu estatuto modelar e excepcional, reforçando uma orientação mais ampla de preservação da cidade baseada na valorização dos atributos do projeto de Lucio Costa. Essa linha de preservação contribuiu para obscurecer

o processo de reformulação do princípio da unidade de vizinhança ao longo do desenvolvimento do traçado do Plano Piloto. E, de modo similar, pouco se reconhecem as expressões variadas da noção de unidade de vizinhança em outros conjuntos além daquele atingido pelo tombamento. Como veremos a seguir, ajustes entre o traçado do Plano Piloto e as formulações do Plano Educacional de Brasília foram fundamentais para definir a configuração e os usos dos conjuntos de superquadras.

## 1.2 Plano Piloto e Plano Escolar: vínculos e articulações

Conforme ressaltaram Leitão e Ficher (2010), o traçado do Plano Piloto apresentado por Lucio Costa foi sendo adaptado e desenvolvido entre 1957 e 1964 em razão de sugestões do júri do Concurso para a escolha do plano da nova capital, das vicissitudes do processo de transferência da capital do Rio de Janeiro e do diálogo com planos de serviços e infraestrutura médico-hospitalar, educacional e de abastecimento, além das interpretações de profissionais da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) encarregados da implantação do Plano.

O Plano Educacional de Brasília foi descrito em fontes diversas, em todos os casos sendo retratado como um programa em essência para construções escolares, o que atesta o lugar central da arquitetura na sua definição. Um documento datável de fins de 1959, originário da Novacap e atribuído a Ernesto Silva (NOVACAP, [1959]), traz o que afirma ser uma síntese feita por Paulo de Almeida Campos do “plano do sistema escolar público” elaborado para a Novacap em 1957, por Anísio Teixeira, então diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep). O Plano foi apresentado também em textos publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (CAMPOS, 1959; TEIXEIRA, 1961) e na Revista Módulo (TEIXEIRA, 1960), além de constar em trechos mencionados por Ernesto Silva (1970) e Juscelino Kubitschek ([1974], 2000). Essas fontes descrevem o Plano com palavras similares, mas também apresentam alguns acréscimos ou supressões, indicando que no material produzido para a Novacap não havia maior preocupação com a noção de autoria ou a fidelidade a um possível original.

O programa de escolas-classe e escolas-parque mobilizado para a estratégia educacional da nova capital tinha suas bases em experiências e concepções de ensino elaboradas por Anísio Teixeira desde a década de 1930, quando ele esteve à frente da Diretoria da Instrução Pública do então Distrito Federal e coordenou a implementação de um amplo programa de novas construções escolares no Rio de Janeiro. Em livro publicado em 1934, Anísio Teixeira sublinhou a noção central ao seu ideário de que a “teoria da experiência” deveria estar na base da filosofia de uma educação moderna “em mudança permanente”, capaz de “[...] incessantemente reajustar-se ao meio dinâmico da vida moderna”, assim como de “acompanhar a vida em todas as suas manifestações.” (*apud* CHAHIN, 2016, p. 32). Desse modo, a escola deveria ser um lugar onde cada criança, por seus interesses individuais, pudesse aprender pela experiência, e onde o conhecimento estaria em conexão com a realidade social em que se insere (CHAHIN, 2018). A partir de 1947, como Secretário da Educação da Bahia, Anísio Teixeira atuou junto à equipe do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (Epucs), liderada pelo arquiteto Diógenes Rebouças, no desenho de uma rede de equipamentos escolares estruturalmente associados aos bairros da cidade. A experiência com os Centros de Educação Popular para a rede de educação primária de Salvador consolidou o programa de escolas-classe e escolas-parque, com base na ideia de que, funcionando em dois turnos alternados entre manhã e tarde, as primeiras estariam dedicadas ao ensino das matérias fundamentais do curso elementar, enquanto nas segundas haveria o ensino das matérias especiais e atividades socializantes, artísticas, culturais, de trabalhos manuais e educação física (CHAHIN, 2018).

Entre 1952 e 1964, Anísio Teixeira dirigiu o Inep, órgão responsável pela elaboração de um Plano de construções escolares de Brasília, que deveria servir, nas palavras de Teixeira, de “[...] exemplo e demonstração para o sistema educacional do país.” (TEIXEIRA, 1961, p. 195). Conforme salientaram vários autores, ainda que as propostas de Anísio Teixeira tenham passado por reconfigurações desde as experiências de Salvador até às definições para Brasília, elas estiveram sempre marcadas

pelo estreito vínculo entre os projetos arquitetônico e pedagógico, mas de modo a ir além da ideia do edifício escolar isolado, a fim de abarcar unidades dispostas em rede (CHAHIN, 2018; MARTINS, 2011). Em uma parcela definida da cidade, tais unidades, ainda que distintas quanto ao segmento do ensino ou as atividades a serem desenvolvidas, estariam interligadas de modo a envolver o trânsito de alunos e profissionais.

Tal como se lê no citado artigo de Anísio Teixeira (1961), o programa escolar para Brasília englobava os três níveis de educação – primária, média e superior – baseados, respectivamente, em centros de educação elementar, centros de educação média e universidade. Implicitamente referenciado no Plano Piloto, esse programa de construções considerou uma cidade organizada em quadras e propôs criar, em cada uma delas, um jardim de infância e uma escola-classe, sendo que, em cada grupo de quatro quadras, haveria uma escola-parque. Pretendia-se “[...] juntar o ensino propriamente intencional, da sala de aula, com a autoeducação resultante de atividades de que os alunos participem com plena responsabilidade.” (TEIXEIRA, 1961, p. 197). O tempo da criança seria dividido entre quatro horas de “educação convencional”, nas escolas-classe, e outras quatro horas na escola-parque, para o trabalho, a arte e a convivência social.

De acordo com Ernesto Silva (1970), diretor da Novacap entre 1956 e 1961, houve um processo de ajuste entre as determinações do Plano Educacional e do Plano Piloto, a partir da intermediação, que afirma ter sido feita por ele mesmo, entre Anísio Teixeira e Lucio Costa. Apesar de ter havido alguma adaptação entre um e outro plano, o Plano Educacional não foi algo estranho ao projeto da cidade, pois compartilhava suas premissas urbanísticas e se baseava em um ideal de sociabilidade intrínseco à formulação das unidades de vizinhança do Plano Piloto (CHAHIN, 2018).

Duas plantas – uma da Asa Sul e a outra da Asa Norte –, datadas de julho de 1958 e produzidas pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Novacap, apresentam o resultado da adaptação do traçado inicial do Plano Piloto para receber os equipamentos escolares idealizados pela equipe de Anísio Teixeira. Como se vê nessas plantas, as

referências anteriores de Lucio Costa a escolas primárias e secundárias foram substituídas por um sistema que preservou a ideia de distribuição equilibrada de equipamentos escolares na cidade, mas se desdobrou de modo a compreender um jardim de infância e uma escola-classe em cada uma das superquadras, uma escola parque servindo a cada grupo de quatro quadras e quatro escolas médias em cada uma das asas, nas áreas em que mais tarde seriam criadas as fileiras de quadras de números 600 e 700. Desse modo, as escolas secundárias antes previstas foram deslocadas para dar lugar a escolas-parque situadas nas entrequadras. O Plano reformulado previa 28 escolas-parque, 112 escolas-classe e 112 jardins-de-infância.

Os projetos iniciais para as escolas em Brasília foram atribuídos a arquitetos diversos ligados à Divisão de Arquitetura de Novacap e contaram com a supervisão de Nauro Esteves, chefe daquela divisão. Conforme salientou Samira Bueno Chahin (2018), não há evidências de orientações mais gerais que permitam vinculá-los a um programa coordenado de construções, tampouco de que suas estratégias projetuais estivessem explicitamente comprometidas com a linha de educação descrita por Anísio Teixeira. Ainda assim, o partido arquitetônico adotado pelos arquitetos da Novacap para projetos de escolas classe até o início dos anos 1960, baseado em princípios modernistas de planta livre, fluidez espacial e integração com espaços da superquadra, estava em plena consonância com um programa de escolas moderno e com o ideário de Anísio Teixeira (CHAHIN, 2018). Essa sintonia de princípios pode ser observada já no primeiro projeto de escola-parque, realizado por José de Souza Reis e construído entre 1959 e 1960, na entrequadra 307-308 da Asa Sul.

Até 1967, construíram-se uma escola-parque e 19 escolas-classe. No total, das 28 escolas-parque previstas, apenas cinco foram construídas, duas delas situadas na Asa Norte e as outras três na Asa Sul. A maior parte dos estudos sobre escolas em Brasília concentra-se em sua concepção inicial e nem tanto no processo de implementação. Tende-se a apontar a mudança do governo de Juscelino Kubitschek para o de Jânio Quadros, em 1961, e sobretudo o golpe de 1964, como momentos decisivos para a interrupção do trabalho de construir o sistema escolar

preconizado por Anísio Teixeira. Mesmo nas escolas-parque construídas houve descaracterização da proposta inicial, uma vez que se instituiu a escola de tempo parcial e semiparcial, prevalecendo o critério de quantidade de alunos sobre a qualidade do desenvolvimento das atividades educacionais (RICARDO, 2015).

Ainda que o Plano Educacional não tenha sido implementado por completo no Plano Piloto, ele contribuiu para alterar a concepção inicial da unidade de vizinhança e para a decisão de inserir uma faixa de quadras institucionais em cada um dos limites leste e oeste do traçado urbanístico de 1957. Mas, enquanto o Plano Piloto se definia e era construído em articulação com o Plano Educacional, transformações significativas se davam também no entorno daquele núcleo monumental, em que, desde fins da década de 50, ocorria um intenso processo de urbanização. Como teria sido concebido o sistema escolar e o traçado urbanístico das chamadas cidades-satélites de Brasília? Longe de responder por completo a essa indagação, procura-se mostrar, a seguir, que a criação de núcleos satélites, entre os quais viria a se incluir Ceilândia, se deu em articulação com a concepção do Plano Piloto, mas foi também marcada por padrões urbanísticos de qualidade distinta.

### **1.3 Outros planos: do núcleo traçado por Lucio Costa às propostas de organização do território**

O plano vencedor de Lucio Costa não compreendeu, como se sabe, sua expansão no DF, pois, conforme conhecido trecho do seu Relatório, partiu do princípio de que a cidade “[...] não será, no caso, decorrência do planejamento regional, mas a causa dele: sua fundação é que dará ensejo ao ulterior desenvolvimento planejado da região.” (COSTA, 1991 [1957], p. 20). Adotou-se, portanto, o pressuposto de que a cidade modernista de tamanho limitado e traçado ordenado seria o marco inicial de uma ocupação planejada de seu território, podendo-se entender que estava implícito o crescimento por meio de cidades-satélites também ordenadas. Conforme declarou Lucio Costa no início dos anos 1970:

[...] o Plano estabelecido era para que Brasília se mantivesse dentro dos limites para os quais foi planejada, de 500 a 700 mil habitantes. Ao aproximar-se destes limites, então, é que seriam planejadas as Cidades-Satélites, para que estas se expandissem ordenadamente, racionalmente projetadas, arquitetonicamente definidas. Este era o Plano proposto. (COSTA, 1974, p. 26).

Mas, antes mesmo da escolha do plano de Lucio Costa como vencedor do Concurso Nacional de 1957, desde fins de 1956 a Novacap, criada pelo presidente Juscelino Kubitschek naquele mesmo ano, iniciara suas atividades no território do recém-criado DF.

Além de gerir a construção do Plano Piloto, uma das preocupações iniciais da Novacap foi assegurar condições para o sustento da população que viria a residir na capital. No intuito de garantir a produção agrícola e controlar a ocupação urbana, buscou-se implantar um “cinturão verde” em torno da capital, no qual se estabeleceriam sítios, chácaras e granjas. A definição desse cinturão verde serviria não apenas para o abastecimento, mas também para isolar as cidades-satélites entre si e em relação ao Plano Piloto, de acordo com princípios de planejamento urbano e regional correntes naquele período (DERNTL, 2020). O cinturão verde não teve, ao que se sabe, uma delimitação territorial clara. Mas, ainda no sentido de restringir e controlar a ocupação urbana, definiu-se uma faixa sanitária, correspondente à bacia hidrográfica do Lago Paranoá, para demarcar a área não urbanizável no entorno imediato do Plano Piloto. A faixa sanitária foi um princípio fundamental para balizar a posterior definição funcional das áreas do DF, como se vê em decreto de 1969 sobre as áreas rurais (DISTRITO FEDERAL, 1969).

Como parte desse esforço de organização e definição do modo como deveriam ser ocupados os territórios do Distrito Federal, em 1958 e 1959 vieram à luz planos para os sistemas de abastecimento e de equipamentos médico-hospitalares no DF. Inicialmente, na forma de monografias ou textos sintéticos elaborados por técnicos ligados a diferentes departamentos da Novacap, vieram a ter, em seguida, expressão

físico-territorial em mapas e diagramas esquemáticos. Mesmo que não haja evidências de uma efetiva coordenação em sua feitura, esses planos trazem modos similares de conceber a organização do território e mostram-se afinados com as determinações que vinham sendo impostas em paralelo pela Novacap.

O planejamento do sistema escolar de Brasília, pelo menos em suas formulações iniciais, não pretendeu se expandir ao território do DF, mas, assim como os planos para o abastecimento e o sistema médico-hospitalar, baseou-se em uma hierarquia de equipamentos interligados entre si. No já citado documento atribuído a Ernesto Silva [1959], esclareceu-se que havia intenção de uma “[...] distribuição equitativa e equidistante das escolas no Plano Piloto, de maneira que a criança percorra o menor trajeto possível para atingir sua escola.” (DISTRITO FEDERAL [1959], p. 2). Mais tarde, Silva (1970) reproduziu esse mesmo trecho com pequena variação, acrescentando a menção à distribuição das escolas “no Plano Piloto e nas cidades-satélites.” A ideia de que já em 1959 se pensava em um sistema escolar estendido a núcleos além do Plano Piloto é indicada em um relatório de educadores da Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (Caseb), criada naquele mesmo ano. Depois de visitar as escolas do DF, em dezembro de 1959, a Comissão relatou que, para atender às necessidades emergenciais da cidade em construção, a Novacap fez construções escolares provisórias e em locais que não tinham sido previstos no Plano Escolar; mas também fez, entre as construções previstas naquele Plano, escolas situadas além do Plano Piloto, em Taguatinga e na Papuda. Além disso, a Comissão recomendou que a distribuição do sistema escolar deveria ser desenvolvida “guardando certas relações de harmonia e proporcionalidade com o próprio desenvolvimento urbanístico” do DF, e sugeriu como uma das prioridades a construção de uma escola primária em Sobradinho (CASEB, 1959, p. 13). Há ainda registro, em ata de reunião da Novacap de 1960, de um “programa de construções de hospitais e escolas no Plano Piloto e cidades-satélites.” (NOVACAP, 1960, p. 19). Não há, porém, registros quanto a possíveis escolas-parque, o que de

antemão inviabilizava a possível implantação, nas cidades-satélites, do esquema idealizado por Anísio Teixeira.

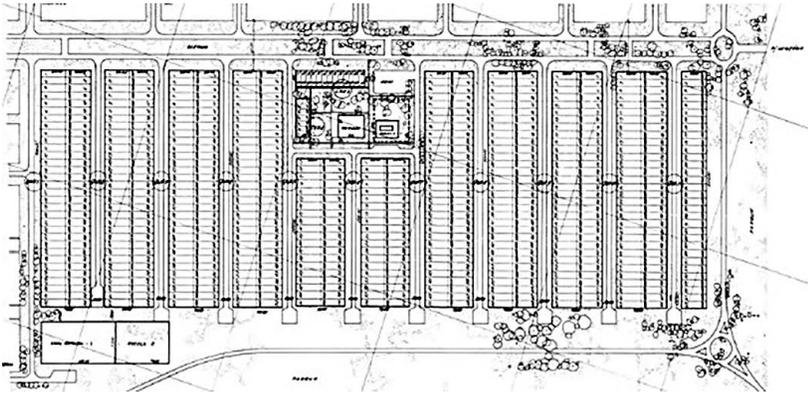
## 1.4 Os planos urbanísticos para as cidades-satélites: a unidade de vizinhança reformulada

Desde o início da construção do Plano Piloto, formaram-se, nos seus arredores, favelas e habitações precárias, uma vez que os alojamentos fornecidos pela Novacap e por outras companhias construtoras eram destinados apenas a trabalhadores solteiros, e muitas famílias de migrantes não tinham onde se fixar quando chegavam a Brasília. Em 1958, iniciou-se, com a criação de Taguatinga, uma política oficial, conduzida de início pela Novacap, para remoção de favelas e assentamento de populações pobres em subúrbios-dormitório, então denominados cidades-satélites. Em seguida a Taguatinga, estabeleceram-se as cidades satélites do Gama, em 1959, e de Sobradinho, em 1960. A Cidade Livre – anterior núcleo de comércio e serviços de apoio às obras – foi oficializada como Núcleo Bandeirante em 1961. Em 1967, iniciou-se a construção da futura cidade-satélite do Guará (antes Setor Residencial de Indústria e Abastecimento) e, no início dos anos 1970, a Ceilândia surgiu como solução de vulto, conduzida pela Campanha de Erradicação de Invasões. Os núcleos preexistentes de Planaltina e Brazlândia foram ampliados para receber moradores de remoções em 1969.

A distribuição das primeiras cidades-satélites no território do Distrito Federal parece ter considerado a disponibilidade de terras, a proximidade aos cursos d'água e às principais estradas de acesso a Brasília e a presença de alguma infraestrutura anterior ou ponto de apoio às obras, assim como a dinâmica de ocupações informais. Uma importante referência para definir a localização das cidades-satélites foi a já mencionada faixa sanitária, que estabeleceu um cinturão com 10 a 40 quilômetros de largura ao redor do Plano Piloto, separando-o dos assentamentos-satélites localizados, em sua maior parte, fora dele. O anel viário formado pela Estrada Parque do Contorno (EPCT) reforçou a demarcação dos limites da bacia do rio Paranoá no território. Mas, embora se possam

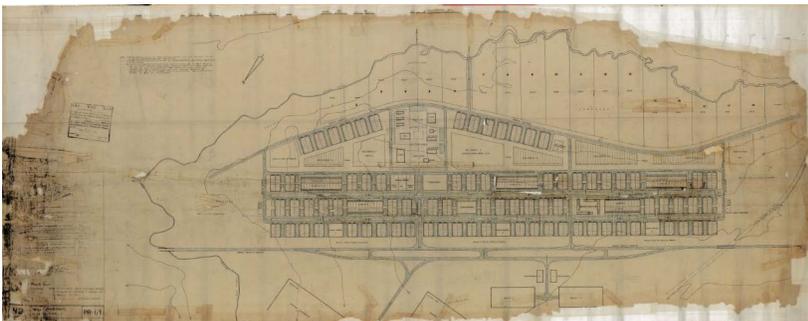
identificar alguns elementos de uma lógica de distribuição das cidades-satélites no território, elas não parecem ter se articulado em um plano coordenado de planejamento na escala territorial.

**Figura 1:** Cidade satélite de Taguatinga, setor H – Norte. Projeto de loteamento e arruamento. Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), 1985 [original de 3 de abril de 1962]



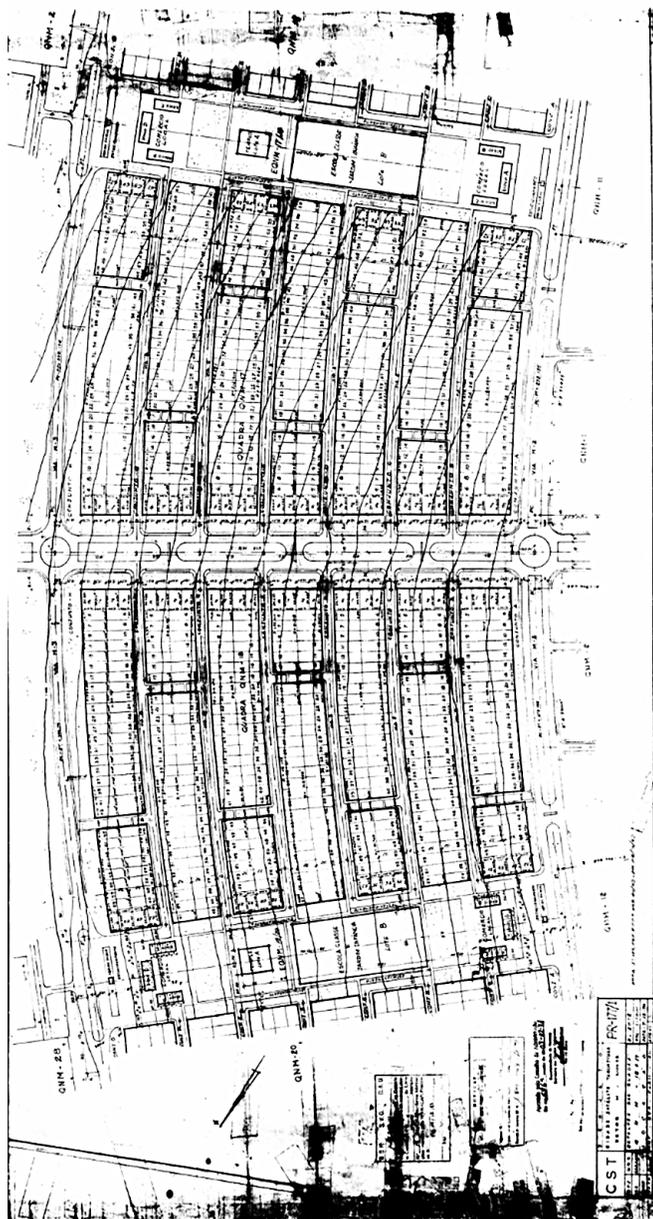
Fonte: Acervo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh), retirada em 10 dez. 2019.

**Figura 2:** Núcleo Bandeirante, planta geral, 1965. Divisão de Arquitetura e Urbanismo, Governo do Distrito Federal (GDF)



Fonte: Acervo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh), retirada em 10 dez. 2019.

**Figura 3:** Projeto dos setores QNM 17 e 18 de Ceilândia, 1970. Divisão de Arquitetura e Urbanismo, Governo do Distrito Federal (GDF)



Fonte: Acervo da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh), retirada em 10 dez. 2019.

Os desenhos de cidades-satélites que conhecemos foram realizados desde os anos 1960, portanto elaborados assim que se previu a transferência de populações. Como mostram esses planos urbanísticos de diferentes cidades-satélites, apesar das suas distintas origens – acampamento de obras, novos subúrbios ou povoado existente – mantiveram-se princípios similares na sua organização (figuras 1, 2 e 3). Tais planos impuseram uma distribuição setorizada de funções urbanas, superquadras reunidas em unidades de vizinhança, predomínio de longas sequências de lotes para casas unifamiliares, grandes áreas destinadas a espaços livres de uso público e, em muitos trechos do tecido urbano, separação de vias para pedestres e veículos (DERNTL, 2018).

Análises da organização espacial das cidades-satélites empreendidas por Frederico de Holanda (2003) observaram a aplicação de um “modelo” e um tipo mórfico de “modernismo periférico”, que reproduziria “[...] traços problemáticos do modernismo clássico [do Plano Piloto], sem suas qualidades expressivas.” (HOLANDA, 2003, p. 1). No entanto, também se observou que os princípios modernistas se “flexibilizaram” ou “informalizaram” em virtude da atuação da população que, no interior de seu lote, imprimiu “individualidade e diversidade ao espaço anônimo.” (KOHLSDORF, 1996, p. 685).

De início, os planos urbanísticos para as cidades-satélites consistiam essencialmente em traçados de arruamento, e tais núcleos demoraram a contar com serviços de água, esgoto ou energia elétrica. Estima-se que, até meados da década de 1970, redes de esgoto em larga escala só existiam no Plano Piloto e seu entorno imediato (BRITO, 2009). Embora os serviços urbanos tenham sido lentamente expandidos ao longo dos anos, um estudo recente de Carli e Bertussi (2018) concluiu que, mesmo o DF tendo a maior renda *per capita* do Brasil, existe uma considerável desigualdade socioeconômica entre o Plano Piloto e as Regiões Administrativas (antes denominadas cidades-satélites), o que também está visível na qualidade e na quantidade da infraestrutura existente no território.

Em uma análise dos traçados urbanos atuais das Regiões Administrativas de Núcleo Bandeirante, Ceilândia, Planaltina, Sobradinho,

Gama e Guará II, ainda é possível distinguir um raio de cerca de 300 metros de distância, a partir das principais escolas públicas existentes, definindo um conjunto de moradias que poderia estar relacionado a cada uma delas, de acordo com os princípios da formulação do conceito de unidade de vizinhança (ITONAGA, 2018). No entanto, muitas vezes a manutenção dos caminhos até esses equipamentos públicos e dos espaços públicos em seu entorno é negligenciada e não há condições adequadas para que sejam percorridos ou frequentados. Além disso, como irá mostrar a pesquisa apresentada neste livro, no contexto da metrópole contemporânea, o deslocamento até os equipamentos escolares frequentemente envolve distâncias muito maiores do que aquelas previstas pelas unidades de vizinhança definidas nos planos urbanísticos.

### **1.5 História e memória entrelaçadas: dos discursos fundadores aos depoimentos de moradores de cidades-satélites**

A formação das cidades-satélites permaneceu secundária na historiografia de Brasília. O discurso político dos protagonistas da construção tendeu a apresentá-las como comunidades nascidas de um empenho coletivo na realização da capital e da preocupação do governo com os trabalhadores das obras. Os conflitos na origem das cidades-satélites foram minimizados. Por outro lado, desde os anos 1970 estudos acadêmicos em áreas diversas buscaram trazer à luz novas perspectivas desse processo e contrapuseram-se à história oficial, como se vê nos trabalhos de Epstein (1973) e Ribeiro (2008). A partir de 1987, com o início do Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), constituiu-se um acervo de depoimentos orais, registrando memórias de moradores que vivenciarium os anos iniciais de formação das cidades-satélites. Esse conjunto de depoimentos traz visões múltiplas sobre a construção daqueles núcleos, além de interessar pelo próprio processo de rememoração e elaboração de narrativas sobre o passado ali expresso. Mencionaremos aqui apenas alguns trechos de depoimentos coletados pelo ArPDF entre 1995 e 2005, a respeito da formação

das cidades-satélites de Taguatinga, Núcleo Bandeirante e Ceilândia.<sup>2</sup> A intenção dessa análise foi destacar, ainda que de maneira breve, o modo como os entrevistados perceberam e relataram as relações entre os espaços urbanos e os grupos sociais ali constituídos. Considerando que tais relações foram essenciais para a formulação teórica da Unidade de Vizinhança, buscou-se ver também se esse conceito esteve de alguma maneira presente nas suas memórias.

A ênfase na solidariedade e na formação de laços comunitários foi uma tônica dos depoimentos relativos às três cidades-satélites. Conforme os relatos de diferentes moradores, no Núcleo Bandeirante “havia compreensão de todo mundo, amizade, crime praticamente não existia” (PONTES, 2000, p. 16) e “parecia que era uma irmandade, todo mundo se conhecia, todo mundo se visitava.” (MAGALHÃES, 2000, p. 13). Também em Taguatinga, afirma-se que “a gente dava o sangue um pelo outro” (MACEDO, 2004, p. 36) e, em Ceilândia, uma moradora relatou que “sempre nós ajudamos uns aos outros.” (FARIAS, 2002, s. p.). Sugere-se que uma crença compartilhada nos ideais subjacentes à construção de Brasília teria contribuído para a coesão social: “era todo mundo amigo, o objetivo era um só, trabalhar pela nova capital.” (HAINE, 2000, p. 13). Os depoimentos referem-se a muitas dificuldades na vida inicial nas cidades-satélites e à ausência de apoio institucional para se estabelecer. Conforme um morador que, em 1961, teve seu barraco retirado das cercanias do Núcleo Bandeirante e levado para Taguatinga: “[n]ão tinha ajuda nenhuma [por parte do governo], ao contrário, eles chegavam e jogavam você em um terreno, [...] não tinha nada.” (BONIFÁCIO, 2004, p. 9). Em depoimentos de moradores transferidos de assentamentos irregulares para a Ceilândia, no início dos anos 1970, reiterou-se a ideia de terem sido “jogados”: “nós fomos jogados realmente, era jogado no lote, no mato mesmo, você é que tinha que fazer tudo” (MANEIRO, 2001, s. p.), “jogou nós aqui” (COELHO,

---

<sup>2</sup> Optamos por citar os registros escritos dos depoimentos, feitos pelo ArPDF, sem indicar erros ou estranhezas da fala coloquial, mas incluindo interpolações entre colchetes, em alguns casos, para esclarecer ou facilitar a leitura.

2002, p. 10) e “[q]uando nós mudamos pra Ceilândia [...], meu bagulho mesmo jogaram lá no chão.” (SILVA, 2002, p. 14). Os relatos denotam uma experiência de caráter violento e impessoal, contada em termos similares por diferentes pessoas, indicando uma narrativa coproduzida que se tornou parte da memória daquele grupo.

Depoimentos sobre os momentos iniciais em seguida à transferência para as cidades-satélites se aproximam entre si ao relatar um empenho conjunto na construção das novas moradias. Conforme alguns moradores de Ceilândia, “era noite e dia você ouvia era o som ‘currutu, currut, currut’, era serrote, martelo, ‘pá, pá, pá’ a noite inteira e o dia inteiro, um sai, ajudava o outro, o outro sai, fazia mutirão.” (BORGES, 2002). Ou ainda, “tinha união, você via alguém fazendo seu barraco [...], aquele que terminava primeiro chegava [para ajudar]” (LIMA, 2005) e “foi um trabalho em termos de solidariedade que dificilmente nós vamos ver [de novo].” (MENDES, 2002). Os relatos sugerem que a construção de moradias levou à construção de um espírito comunitário e de pertencimento ao grupo que se estabeleceu ali.

Percebe-se também que há distintas visões acerca do modo como as cidades-satélites foram concebidas. De um lado, técnicos e autoridades da Novacap envolvidos com a criação ou a administração daqueles núcleos tenderam a mostrar uma visão mais distanciada. Cid Lopes Filho, subprefeito de Taguatinga no início da década de 1960, comparou o modo de planejar Taguatinga e Ceilândia:

[...] [n]o planejamento de Taguatinga não houve um plano prévio como houve de Ceilândia, por exemplo, que foi uma cidade que, quando foi criada, já tinha uma planta completa que é praticamente o que ela é hoje. [...]. Já o plano de Taguatinga foi sendo feito por justaposição, pedaços, tanto que ele não é muito igual, ele não guarda uma simetria... [...]. (LOPES FILHO, 1997, p.6).

De outro lado, relatos dos moradores de cidades-satélites expressam suas próprias vivências e interpretações a respeito dos planos urbanísticos. Severino Bezerra da Silva (2002) lembrou que, em Ceilândia,

“[...] a pessoa estudava meia quadra, aqui tinha um colégio, aí vinha meia quadra pra cá e meia quadra pra cá né, é dividido, pra num atravessar a pista do meio, apenas não morrer acidentado...” (p. 24). Sua descrição remete a alguns dos princípios de organização da unidade de vizinhança: o lugar central atribuído à escola e a ideia de que ela deveria ser acessível a pé. Apesar de os relatos sobre Ceilândia enfatizarem a precariedade do núcleo em seus primórdios, as escolas são lembradas como equipamentos erguidos já nos primeiros anos: “logo surgiu escola, eu acho que... ficou carente de escola não” (MANEIRO, 2001, s. p.) e “[l]ogo eles fizeram uma escola para atender às crianças.” (JESUS, 2002, p. 12).

Como se vê no relato de um morador de Taguatinga, princípios de desenho urbano modernista podiam adquirir outra conotação. Conforme o jornalista Wilson Wander Lopes, “as ruas são pequenas para passar carro, porque nunca imaginaram que alguém dali podia ter carro, não é? No máximo é ter uma bicicleta [...]. É desse jeito que Taguatinga foi planejada.” (LOPES, 1997, p. 24). Nesse trecho, a organização da circulação segundo o princípio modernista de separação entre vias para veículos e pedestres foi entendida como dispositivo de exclusão social.

Os depoimentos revelam, ainda, que certos elementos e espaços da paisagem urbana adquiriram valor simbólico e tornaram-se referências para suas comunidades. Nesse sentido, o já citado Wilson Wander Lopes (1998) mencionou a caixa d’água de Taguatinga, antes situada na via de entrada do núcleo e demolida em 1984 por causa de obras viárias em seu local. Em razão de defeitos na construção, a caixa d’água nunca serviu à sua função, mas, quando se cogitou demoli-la, Lopes participou de uma ação judicial para evitar que aquilo ocorresse. No seu entender, “[...] nós, população, elegemos a caixa d’água como referencial importante” e, portanto, prosseguiu, “deveria passar pela vontade da comunidade para ser demolida ou construída.” (LOPES, 1998, p. 21). Seu depoimento sugere que havia ali um grupo engajado em torno dos problemas relativos à infraestrutura de serviços urbanos.

Entre moradores do Núcleo Bandeirante, por sua vez, a carência de equipamentos de saúde levou a criticar uma iniciativa de preservação

da memória local. O anterior Hospital do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (Iapi), depois Hospital Juscelino Kubitschek de Oliveira, situado nas proximidades da Cidade Livre, atendeu à população de 1957 aos anos 1970 e teve seu conjunto arquitetônico remanescente tombado pelo Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Distrito Federal (DePHA/DF), em 1985. Foi então transformado no Museu Vivo da Memória Candanga, com o intuito de preservar e difundir a cultura dos primeiros migrantes e trabalhadores de Brasília. Embora a iniciativa de criação do Museu tivesse tido apoio de uma parte da população, uma moradora ironizou: “eu estou brigando para ver se ponho hospital aqui, lá nessa casa [denominada] Museu Vivo, nós precisamos um museu morto [...], um hospital seria melhor.” (MAZOLLA, 2000, p. 16). Ou ainda, em tom de arrependimento: “nós trabalhamos muito para tombar [o hospital], mas acontece que a gente precisava mesmo que tivessem restaurado o hospital, não aconteceu.” (PRETO, 2000, p. 10).

As deficiências na infraestrutura de serviços urbanos transparecem, ainda, em memórias de habitantes de Taguatinga e Ceilândia acerca de locais cotidianos aonde se tinha de ir buscar água, lavar roupas ou tomar banho – bicas, torneiras, minas e córregos. Tais locais eram espaços de sociabilidade, sobretudo feminina, pois aquelas atividades ocupavam boa parte do tempo diário das mulheres. A alusão a esses lugares podia reforçar narrativas sobre um empenho coletivo e um momento excepcional de supressão de diferenças sociais: “as mulheres iam todas pegar água ali. Quer dizer, esposas de médico e tudo o mais. Então eu falo que aquilo ali nasceu mesmo de pessoas de garra...” (SILVA, 1997, p. 4). Mas as filas para buscar água foram também lembradas como motivo de conflitos, como no relato da professora Maria das Graças Pimentel (2001): “de repente uma [mulher] passava na frente da outra, menino, daqui a pouco era lata voando para tudo quanto é lado e salve-se quem puder.” (s. p.). Ainda assim, o tom anedótico e a referência ao que seria a índole da “mulher nordestina” ali vivendo – é “forte” e “luta”, mas é também “muito enfezada” – amenizaram a referência aos desentendimentos.

Nos relatos de moradores de cidades satélites, a ênfase em um espírito comunitário parece ser essencial para a afirmação de identidades individuais e coletivas, além de permitir expressar os problemas existentes em cada um dos núcleos a partir de narrativas de cooperação, mais do que de confronto. Os depoimentos mostram novos sentidos atribuídos a espaços planejados e a elementos da arquitetura, além da existência de lugares de sociabilidade que não haviam sido previstos por urbanistas. Ainda que haja menção a componentes das unidades de vizinhança, os entrevistados identificam suas comunidades, de modo abrangente, com o todo da cidade-satélite e não apenas com a parcela do traçado urbano na qual residiam. Nas suas memórias, os laços comunitários não foram produzidos por meio da vivência de espaços organizados ou de equipamentos compartilhados, tal como previa a noção de unidade de vizinhança, mas, em vez disso, são lembrados como fruto de lutas conjuntas para sobreviver em locais precários e como modo de expressar a necessidade de melhorias para cada um deles.

## Referências

BARCELLOS, Vicente Quintella. *Unidade de vizinhança*: notas sobre sua origem, desenvolvimento e introdução no Brasil. *Paranoá*, Brasília, v. 3, 2001.

BONIFÁCIO, Hélio Dom Bosco. *Hélio Dom Bosco Bonifácio*: depoimento [dez. 2004]. Entrevistadores: V. Dornas e M. Gracindo. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2004. 24 p. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

BORGES, Manoel Luiz. *Manoel Luiz Borges*: depoimento [jul. 2002]. Entrevistadores: S. Castro e V. Dornas. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. 25 p. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

BRITO, Jusselma Duarte de. *De Plano Piloto a metrópole: a mancha urbana de Brasília*. 2009. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

CAMPOS, Paulo de Almeida. O planejamento do sistema escolar público de Brasília. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, n. 75, p. 109-111, jul./set. 1959.

CARLI, Pedro Baptista de; BERTUSSI, Geovana Lorena. *Análise da infraestrutura das regiões administrativas do Distrito Federal*. Texto para discussão n. 41. Brasília: Codeplan, maio 2018. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/TD-41-An%C3%A1lise-da-Infraestrutura-das-Regi%C3%B5es-Administrativas-do-Distrito-Federal.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2018.

CHAHIN, Samira Bueno. Cidade, escola e urbanismo: o programa Escola Parque de Anísio Teixeira. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 14., 2016, São Carlos. *Anais [...]*. São Carlos: IAU/USP, 2016.

CHAHIN, Samira Bueno. *Cidade nova, escolas novas? Anísio Teixeira, arquitetura e educação em Brasília*. 2018. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

COELHO, Pedrina de Oliveira. *Pedrina de Oliveira Coelho: depoimento* [abr. 2002]. Entrevistadores: S. Castro e V. Dornas. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. 18 p. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL DE BRASÍLIA (CASEB). *Relatório da visita feita a Brasília pela direção executiva da CASEB, 1960*. Brasília: FGV/CPDOC, 1959. (Pasta AT t 1959.06.30, doc. 12).

COSTA, Lucio. Brasília 1957-85: Do plano piloto ao “Plano Piloto” [1985]. In: COSTA, Lucio. *Registro de uma vivência*. São Paulo: 34/SESC, 2018, p. 325-328.

COSTA, Lucio. Considerações em torno do Plano-Piloto de Brasília. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS DOS PROBLEMAS URBANOS DE BRASÍLIA, 1., 1974, Brasília. *Anais [...]*. Brasília: Senado Federal, 1974. p. 21-29.

COSTA, Lucio. *Relatório do Plano Piloto de Brasília* [1957]. Brasília: GDF, 1991. p. 18-34.

DERNTL, Maria Fernanda. Além do Plano: A concepção das cidades-satélites de Brasília. *Arquitextos/Vitruvius*, São Paulo, ano 19, n. 221.03, out. 2018. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/19.221/7150>. Acesso em: 8 ago. 2019.

DERNTL, Maria Fernanda. Brasília e seu território: a assimilação de princípios do planejamento inglês aos planos iniciais de cidades-satélites. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 22, n. 47, p. 123-146, nov. 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/2236-9996.2020-4706>. Acesso em: 8 jun. 2020.

DERNTL, Maria Fernanda. Dos espaços modernistas aos lugares da comunidade: memórias da construção das cidades-satélites de Brasília. *RESGATE – Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, v. 1, p. 11-34, 2019a.

DERNTL, Maria Fernanda. O Plano Piloto e os planos regionais para Brasília entre fins da década de 40 e os anos 60. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 21, p. 26-44, 2019b.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 1.052, de 29 de julho de 1969. *Diário Oficial do Distrito Federal*, Brasília, n. 113, 31 jul. 1969. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br;distrito.federal:distrital:decreto:1969-07-29;1052>. Acesso em: 15 jul. 2019.

EPSTEIN, David. *Brasilia, plan and reality: a study of planned and spontaneous developments*. Berkeley: University of California, 1973.

ESKINAZI, Mara Oliveira. A reciprocidade da influência: a ideia de unidade habitacional e unidade de vizinhança na cidade moderna do segundo pós-guerra. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO*, 3., 2014, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: ENANPARQ, 2014. Disponível em: [http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/ST/ST-CDR-013-4\\_ESKINAZI.pdf](http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/ST/ST-CDR-013-4_ESKINAZI.pdf). Acesso em: 18 nov. 2018.

FARIAS, Edite Martins. *Edite Martins Farias*: depoimento [ago. 2001]. Entrevistadores: S. Castro e V. Dornas. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. 15 p. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

FELDMAN, Sarah. 1950: A década de crença no planejamento regional no Brasil. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL*, 2009, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: ANPUR/UFSC, 2009. v. 1, p. 1-23.

FICHER, Sylvia; MACEDO, Danilo M. Brasília, preservation of a modernist city. *Conservation Perspectives*, Los Angeles, v. 28, p. 13-15, 2013.

FRAMPTON, Kenneth. O destino de Brasília. *In: XAVIER, Alberto (org.). Brasília: antologia crítica*. São Paulo: Cosac Naify, 2012. p. 434-440.

GOROVITZ, Matheus; FERREIRA, Marcílio Mendes. *A invenção da superquadra: o conceito de unidade de vizinhança em Brasília*. Brasília: Iphan, 2009.

GRAEFF, Edgar A. Unidade de vizinhança. *In: XAVIER, A.; KATINSKY, J. (org.). Brasília: antologia crítica*. São Paulo: Cosac Naify, 2012, p. 242-247.

HAINE, Else Pereira. *Else Pereira Haine*: depoimento [mar. 2000]. Entrevistadores: S. Castro e C. Teixeira. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. 30 p. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

HALL, Peter. *Cidades do Amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

HOLANDA, Frederico Rosa Borges de. Brasília: da Carta de Atenas à cidade de muros. In: SEMINÁRIO NACIONAL DOCOMOMO BRASIL, 5., 2003, São Carlos. *Anais [...]*. São Carlos: EESC/USP, 2003.

HOLANDA, Frederico; TENORIO, Gabriela. Brasília: Preservation, Ambiguity and Power. In: INTERNATIONAL SEMINAR ON URBAN CONSERVATION, 6., 29-31 mar. 2011, Recife. *Annals [...]*. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2011.

HOLSTON, James. *A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ITONAGA, Victor Akio de Oliveira. Paradigmas em questão: das matrizes teóricas às especificidades locais na construção das cidades-satélites de Brasília. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNB, 23., E CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO DF, 14., 23-25 out. 2017, Brasília. *Anais [...]*. Brasília: UnB, 2017. Disponível em: <https://conferencias.unb.br/index.php/iniciacaocientifica/23cicunb14df/paper/view/6820>. Acesso em: 7 jun. 2020.

JESUS, Ana Maria de. *Ana Maria de Jesus: depoimento* [maio 2002]. Entrevistadores: S. Viola de Castro e V. I. F. Dornas. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. 49 p. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

KOHLSDORF, Maria E. Brasília, Mosaico Morfológico. In: SEMINÁRIO SOBRE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 4., 1996, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: UFRJ/Prourb, 1996.

KUBITSCHKE, Juscelino. *Por que construí Brasília* [1974]. Brasília: Senado Federal, 2000.

LEITÃO, Francisco; FICHER, Sylvia. A infância do Plano Piloto: Brasília, 1957-1964. In: PAVIANI, Aldo et al. (org.). *Brasília 50 anos: da capital à metrópole*. Brasília: Editora UnB, 2010. p. 97-135.

LIMA, Adair José de. *Adair José de Lima*: depoimento [dez. 2005]. Entrevistadores: H. Nunes e M. Gracindo. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2005. 24 p. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

LOPES, Wílon Wander. *Wílon Wander Lopes*: depoimento [fev. 1997]. Entrevistadores: T. Sousa e V. Rosa. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1998. 29 p. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

LOPES FILHO, Cid Ferreira. *Cid Ferreira Lopes Filho*: depoimento [jul. 1997]. Entrevistadores: T. Sousa, M. Santos e M. Costa. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1997. 16 p. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

MAGALHÃES, Waldemar Alves de. *Waldemar Alves de Magalhães*: depoimento [maio 2000]. Entrevistadores: V. Dornas e C. Teixeira. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

MACEDO, Otávio Felix de. *Otávio Felix de Macedo*: depoimento [set. 2004]. Entrevistadores: Helcy Nunes e Lydia Borges. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2004. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

MANEIRO, Albino Antônio. *Antônio Albino Maneiro*: depoimento [set. 2001]. Entrevistadores: V. Dornas e S. Castro. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

MARQUES, Rafaela Nunes; MÜLLER, Fernanda; KANEGAE, Mayume Melo; MORGADE, Marta. Two childhoods, two neighborhoods, and one city: utopias and dystopias in Brasilia. *Children's Geographies*, London, v. 18, n. 3, p. 1-12, 2020.

MARTINS, Alice F. O ensino das artes nas Escolas Parque. In: PEREIRA, Eva Waisros; ROCHA, Lucia Maria (org.). *Nas Asas de Brasília*: Memórias de uma utopia educativa (1956-1964). Brasília: Editora UnB, 2011.

MAZOLLA, Philomena Leporoni. *Philomena Leporoni Mazzola*: depoimento [abr. 2000]. Entrevistadores: V. Dornas e C. Teixeira. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

MENDES, Ilton Ferreira. *Ilton Ferreira Mendes*: depoimento [jun. 2002]. Entrevistadores: S. Castro e L. Borges. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. 40 p. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (MPU). *Recomendação nº 11/2011*. Brasília: MPU, 2011. Disponível em: [https://www.mpdfp.br/portal/pdf/comunicacao/site/arquivos/Proureb\\_entrequadra.pdf](https://www.mpdfp.br/portal/pdf/comunicacao/site/arquivos/Proureb_entrequadra.pdf). Acesso em: 2 jun. 2020.

NOVACAP (Companhia Urbanizadora da Nova Capital). *Brasília*: Plano educacional e médico-hospitalar. Documento datilografado. Brasília: ArPDF, [1959]. (Autoria atribuída a Ernesto Silva).

NOVACAP (Companhia Urbanizadora da Nova Capital). Conselho de Administração. Ata da 140ª reunião da Diretoria da Novacap. *Brasília – Revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 45-48, set./dez. 1960.

PERPÉTUO, Thiago P. *Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização*: modos de narrar, ler e preservar Brasília. Brasília: Iphan, 2015.

PERRY, Clarence A. *The neighborhood unit*: Regional Survey of New York and Its Environs. Neighborhood and Community Planning, Volume VII [1929]. New York: Arno Press, 1974. p. 22-141.

PIMENTEL, Maria das Graças. *Maria das Graças Pimentel*: depoimento [ago. 2001]. Entrevistadores: S. Castro e V. Dornas. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2001. 20 p. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

PONTES, Antônio de Paula. *Antônio de Paula Pontes*: depoimento [out. 2000]. Entrevistadores: V. Dornas e S. Castro. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. 18 p. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

PRETO, Sebastião Teixeira. *Sebastião Teixeira Preto*: depoimento [maio 2000]. Entrevistadores: V. Dornas e C. Teixeira. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2000. 22 p. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

REGO, Renato Leão. Unidade de vizinhança: um estudo de caso das transformações de uma ideia urbanística. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, Curitiba, v. 9, n. 3, p. 401-413, out. 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/Urbe/article/view/22102>. Acesso em: 19 jul. 2019.

REIS, Carlos Madson. *Brasília*: espaço, patrimônio e gestão urbana. 2001. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2001.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *O capital da esperança*: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília. Brasília: Editora UnB, 2008.

RIBEIRO, Sandra Bernardes. *Brasília*: memória, cidadania e gestão do patrimônio cultural. São Paulo: Annablume, 2005.

RIBEIRO, Sandra Bernardes; PERPÉTUO, Thiago (org.). *Patrimônio em transformação*: Atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília. Brasília: Iphan, 2016.

RIBEIRO, Sandra Bernardes; SINOTI, Marta Litwinczik. A post-occupancy assessment of the neighborhood unit. In: EL-DAHDAH, Farès. *Lucio Costa*: Brasília's superquadra. Munich/London: Prestel, 2005.

RICARDO, Luciana. Do ideário pedagógico de Anísio Teixeira para Brasília às escolas parque contemporâneas. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CENTRO-OESTE, 3., 19-21 ago. 2015, Catalão. *Anais* [...]. Catalão: Universidade Federal de Goiás, 2015. Disponível em: <https://eheco2015.files.wordpress.com/2015/09/do-idec3a1rio-pedagc3b3gico-de-anc3adsio-teixeira-para-brasc3adlia1.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2019.

SCHLEE, Andrey Rosenthal. A preservação do moderno: o caso de Brasília. In: PESSOA, José *et al.* (org). *Moderno e Nacional*. Rio de Janeiro: EdUFF, 2006. p. 141-156.

SICA, Paolo. *Historia del Urbanismo*. El siglo XX. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1981.

SILVA, Severino Bezerra da. *Severino Bezerra da Silva*: depoimento [ago. 2002]. Entrevistadores: S. Castro e V. Dornas. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. 46 p. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

SILVA, Ernesto. *História de Brasília*: um sonho, uma esperança, uma realidade. 1. ed. Brasília: Coordenada, 1970.

SILVA, Hilda Mendonça da. *Hilda Mendonça da Silva*: depoimento [jul. 1997]. Entrevistadores: M. Santos, M. Costa e T. Sousa. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1997. 28 p. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

TEIXEIRA, Anísio. Plano de construções escolares de Brasília. *Módulo – revista de arquitetura e artes visuais no Brasil*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 20, p. 2-15, jan./out. 1960.

TEIXEIRA, Anísio. Plano de construções escolares em Brasília. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 85, n. 31, p. 195-199, mar. 1961.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). *Brasília*. World Heritage. Paris: Unesco, [1992]. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/445>. Acesso em: 8 ago. 2019.

VASCONCELOS, Larissa Fernandes Lins de. *Patrimonialização na Unidade de Vizinhança nº 1*. 2013. 89 f., il. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.



# Sobre as autoras e os autores

## Alana Silva Waldvogel

<http://lattes.cnpq.br/0494728158202903> – Arquiteta pela Universidade de Brasília (FAU-UnB). Atualmente é mestranda em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo, também pela UnB (PPG-FAU). Desde 2016 desenvolve pesquisas sobre a Morfologia Urbana de Ceilândia, tendo obtido Menção Honrosa por trabalho de iniciação científica sobre o crescimento dessa cidade. *E-mail:* [alana\\_waldvogel@hotmail.com](mailto:alana_waldvogel@hotmail.com)

## Alexandre Jackson Chan Vianna

<http://lattes.cnpq.br/9276311740295002> – Professor Adjunto IV da Faculdade de Educação Física da UnB, membro do grupo de pesquisa Dimensões da Vida Urbana (CNPq). Atua na área de Educação Física. Realiza pesquisas na linha dos Estudos Sociais e Pedagógicos da Educação Física e do Esporte, com interesse em trajetórias escolares e esportivas, formação e identidades. *E-mail:* [chanvianna@unb.br](mailto:chanvianna@unb.br)



### Cristina Patriota de Moura

<http://lattes.cnpq.br/0712338026370509> – Professora Associada II do Departamento de Antropologia da UnB, líder do grupo de pesquisa Dimensões da Vida Urbana (CNPq) e membro do Laviver (Laboratório de Vivências e Reflexões Antropológicas). Atua na área de Antropologia Urbana e realiza pesquisas em Brasília e Pequim (China), com foco em vivências no espaço público urbano e trajetórias escolares com desdobramentos transnacionais. *E-mail*: cpatriota@unb.br

### Elane Ribeiro Peixoto

<http://lattes.cnpq.br/1796841203235489> – Professora Associada I da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB, vice-líder do grupo de pesquisa Cidades Possíveis (CNPq) e membro do Labeurbe (Laboratório de Estudos da Urbe), da UnB. Suas pesquisas concentram-se em temas relacionados à Cidade Contemporânea, envolvendo sua arquitetura, urbanismo e patrimônio. Membro do coletivo Ninhos, atua em projetos de extensão em escolas de ensino fundamental, com o propósito de incluir Brasília, sua história e seus desafios atuais na formação dos estudantes. *E-mail*: elane@unb.br

### Julia Mazutti Bastian Solé

<http://lattes.cnpq.br/1128739135662402> – Mestranda em Patrimônio e Preservação pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (PPG-FAU) da Universidade de Brasília (UnB). Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB (FAU-UnB). Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa Museologia e Interdisciplinaridade (Geminter). Colaboradora da Rede de Educadores em Museus de Goiás (REM-Goiás), gestão 2018-2019. cursou o primeiro ano de Mestrado em História da Arquitetura na Escola de Arquitetura e Paisagem de Lille, no período 2015-2016. Palestrante no TEDx Brasília 016. Pesquisadora, curadora e projetista nas áreas de arquitetura, patrimônio e memória, expografia, curadoria e história da arte. *E-mail*: julia.mazzuttimbs@gmail.com

### Maria Fernanda Derntl

<http://lattes.cnpq.br/5654879697444080> – Professora Associada do Departamento de Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e da Universidade Brasília (FAU-UnB). Orientadora nos programas de pós-graduação da FAU e do Departamento de História da UnB. Bolsista produtividade nível 2 do CNPq. Membro do Labeurbe (Laboratório de Estudos da Urbe), da UnB, e do grupo de pesquisa Dimensões da Vida Urbana (CNPq). É autora do livro *Método e Arte: urbanização e formação de territórios na capitania de São Paulo, 1765-1811* (Alameda/Fapesp, 2013). Desenvolve pesquisas na área de História da Cidade, do Urbanismo e da Urbanização, com ênfase atual em Brasília e suas cidades-satélites. *E-mail:* fernandafau@unb.br

### Vinicius Prado Januzzi

<http://lattes.cnpq.br/9429679094567153> – Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2013). Atualmente é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social pela mesma universidade. Trabalha com antropologia urbana, expansão urbana e camadas médias em Brasília. Desde 2019, é antropólogo na Superintendência do Iphan no Distrito Federal. *E-mail:* vpjanuzzi@gmail.com





Este livro foi composto em UnB Pro e Liberation Serif.

# Cotidianos, escolas e patrimônio

## Percepções antropourbanísticas da capital do Brasil

O livro *Cotidianos, Escolas e Patrimônio: percepções antropourbanísticas da capital do Brasil* apresenta os resultados da pesquisa “Cotidianos escolares e dinâmicas metropolitanas na capital do Brasil”, fruto da colaboração entre dois laboratórios de pesquisa da Universidade de Brasília (UnB): o Laboratório de Estudos da Urbe (Labeurbe-PPG-FAU) e o Laboratório de Vivências e Reflexões Antropológicas: Direitos, Políticas e Estilos de Vida (Laviver-PPGAS-DAN).

A obra reúne capítulos de autoria de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento sobre as relações entre espaços escolares, trajetórias cotidianas e a constituição do patrimônio na capital federal. O patrimônio é tratado como categoria polissêmica, mobilizada por pessoas em contato umas com as outras e com a cidade que produzem, vivem e significam.

Os textos dialogam com diferentes perspectivas para refletir acerca do modo como experiências da capital/metrópole são significadas por seus habitantes, e como a escola, com forte presença na vida urbana, repercute na percepção e na vivência do patrimônio cultural. O material de pesquisa de campo é proveniente de atividades realizadas em colaboração com dois Centros de Ensino Fundamental, um em Ceilândia e outro no Plano Piloto. O conjunto das análises abarcou percepções em diálogo com membros das comunidades escolares, permitindo entrever dinâmicas metropolitanas de forma original, com abordagens ainda pouco exploradas nos estudos disponíveis.

### Foto ao fundo:

Pilares do  
Instituto de  
Biologia/UnB.  
Por Beatriz Ferraz.



EDITORA



UnB

ISBN 978-65-5846-010-7



9 786558 460107